PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Giovana Leite dos Santos[1]; Júlia Raquel Macêdo Batista[2]; Antonio Batista Fernandes[3]

[1] Licencianda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús, Crateús, Ceará, Brasil, e-mail:giovana.leite@aluno.uece.br

[2] Licencianda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús, Crateús, Ceará, Brasil, e-mail: julia.raquel@aluno.uece.br

[3] Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús, Crateús, Ceará, Brasil, e-mail: batista.fernandes@uece.br

Introdução

"Haveremos de reivindicar as nossas lutas ancestrais para que essas nos inspirem nas demandas do hoje."
- Luiz Rufino (2019)

A presente pesquisa surgiu a partir do mergulho na "*Pedagogia das Encruzilhadas"* de Luiz Rufino (2019), que nos provocou a refletir enquanto estudantes de Pedagogia da FAEC/UECE acerca de como precisamos aprofundar os debates das relações étnico-raciais se quisermos desconstruir o racismo religioso[1] na educação infantil. A nossa problematização se desenha a partir de elementos indispensáveis que devem nortear a formação docente no sentido antirracista, ao conectar o avanço das legislações brasileiras que versam sobre o ensino da história afro-brasileira e indígena (Lei 11.645/2008) e a contradição dolorosa de ver o território da educação infantil se tornando palco onde o racismo continua presente e alimentando a engrenagem capitalista de uma sociedade marcada pela herança colonial, patriarcal e escravocrata.

Nesse sentido, defendemos que o letramento racial para as educadoras e os educadores exerce um papel profundamente político na tomada de escolhas conscientes que colaborem com a desconstrução dessa lógica, permitindo que a identificação da reprodução da estrutura racista em suas diferentes formas se torne uma prática cotidiana e coletiva, afinal, como lembra a educadora Bárbara Carine (2023), essa é uma responsabilidade que deve atravessar todo o conjunto da sociedade brasileira e não apenas os corpos que são violentados por ela.

A colonialidade, conforme problematiza o pedagogo Luiz Rufino (2019), não se restringe ao passado, mas se atualiza sistematicamente através da seleção de práticas pedagógicas, currículos excludentes, avaliações e critérios de legitimação do conhecimento científico. É nesse conjunto cultural que a herança colonial se manifesta, principalmente quando determinados saberes brancos e masculinos são tratados como universais, enquanto as culturas negras são relegadas para esse *"lugar de não saber"* (Carneiro, 2023).

Uma visão descolonizada do currículo colabora com a compreensão de que a escola inserida nessa sociedade, em determinados contextos pode reproduzir práticas/discursos que reforçam a hierarquização de saberes, além de silenciar experiências importantes acerca da diversidade de

[1] Por racismo religioso, compreende-se a partir de Luiz Rufino (2019) que essa é uma violência dirigida às religiões afro-brasileiras e indígenas, que se articula ao racismo estrutural para deslegitimar as expressões não-hegemônicas, bem como o seu conjunto de saberes e práticas.

corpos, culturas e identidades existentes, onde o racismo religioso é uma das formas mais cruéis de desumanização contra as infâncias não-brancas, afetando a maneira como as crianças experienciam suas primeiras relações com o mundo e consigo mesmas, ou seja, as suas subjetividades ficam interditadas pela lógica do adestramento e do epistemicídio. Que de acordo com a filósofa Sueli Carneiro, o epistemicídio "é uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão — as pessoas negras são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente." (Carneiro, 2023, p.13).

Desse modo, apesar de o ensino religioso (Lei nº 9.475/1997) fazer parte do componente obrigatório do currículo escolar, a maneira como ele é trabalhado devido a predominância de um ensino voltado apenas para o cristianismo, pouquíssimo contribui para a promoção do respeito à diversidade cultural religiosa. Pelo contrário, para as crianças de terreiro, essas são disciplinas que a depender da forma como são conduzidas geram verdadeiros traumas.

No âmbito da educação infantil, as crianças que pertencem às tradições não-hegemônicas são as mais atingidas, "coincidentemente é a escola que aparece como cenário das primeiras experiências sociais de negação racial" (Carneiro, 2023, p. 286). Logo, as violências produzidas pelo racismo estrutural e religioso não podem mais ser naturalizadas, precisam ser fortemente combatidas com um outro projeto de educação, uma vez que incidem em crianças em fase de desenvolvimento, afetando negativamente a construção de identidades e de suas primeiras leituras do mundo. Por acreditar que as experiências vividas pelas crianças no espaço escolar contribuem de forma decisiva para a sua permanência ou abandono, é que o nosso texto, tem o objetivo de tecer *entrecruzos* e reflexões a partir de duas situações denunciadas em novembro de 2025, disponíveis na plataforma do G1, a respeito do racismo religioso na educação infantil. O olhar descolonizado nos permite caminhar por um modo fazer educação radicalmente interessado em enfrentar a estrutura racista de nossa sociedade.

Metodologia

Inspiradas na *Pedagogia das Encruzilhadas* do pedagogo, Luiz Rufino (2019), a tessitura deste trabalho provoca ação política, pois nasce do incômodo em não encontrar um projeto de libertação nas metodologias de tradição linear e bancárias (Freire, 2025), que com suas *"neutralidades universais"* mascaram a estrutura colonial, eurocêntrica e masculina que decide quais rumos seguirá a educação na sociedade capitalista e para quais corpos estará à serviço. Numa sociedade marcada pelo racismo e o sexismo na consolidação de sua cultura (González, 2020), uma outra forma de produzir, sistematizar e compartilhar saberes, "uma pedagogia que se tece nas invenções cotidianas." (Rufino, 2019), torna-se necessária, para que as crianças não se sintam mais excluídas e violentadas pelos métodos de silenciamento e apagamento histórico perpetuados pelo epistemicídio (Carneiro, 2023) presente na educação brasileira.

O *entrecruzo* de nossas análises recorreu à problematização de situações reais que foram noticiadas na plataforma do G1 acerca do racismo vivenciado na educação infantil, Para isso, nos ancoramos na percepção politizada da educação para Bárbara Carine (2023) e Paulo Freire (2025), que denunciam em seus textos como as práticas educativas que se servem da exclusão, do silenciamento, da violência e da desumanização, distorcem o sentido emancipatório do ato de educar para as populações negras e reforçam estruturas racistas na sociedade de classes.

O sonho que mobiliza os afetos dessa escrita é o de colaborar com o processo de desconstrução dessa construção excludente baseada em falsas hierarquias raciais. E para isso, a ilustre filosofia de Sueli Carneiro (2023) também é evocada, juntamente com a defesa das legislações nacionais que versam sobre a educação infantil (Brasil, 2009) e a educação antirracista (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008), que são conquistas históricas da classe trabalhadora, em especial dos movimentos feministas, negros e indígenas.

Resultados e discussão

Como ensina Paulo Freire (2025), o ato de educar é uma forma de intervir no mundo, mas para isso precisamos tomar consciência de como somos afetadas/os pela estrutura que queremos transformar. Bárbara Carine, num movimento que se entrecruza também faz a defesa de que "O educador, a educadora antirracista é, acima de tudo, uma pessoa consciente de si dentro dos sistemas de opressão que estruturam a nossa sociedade." (Pinheiro, 2023, p.101). Ao analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, a criança é definida como um

> sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009).

Em contraponto, quando observadas as reais dinâmicas vivenciadas no cotidiano das relações étnico-raciais, situações de violência e intolerância religiosa são constantemente denunciadas por familiares das crianças brasileiras, assim como a ocorrida em novembro de 2025, no Rio de Janeiro, em que uma professora evangélica reprimiu uma criança de 5 anos. Segundo a reportagem do G1 (2025), a menina presenteou a educadora com uma flor amarela, afirmando que era de "*Oxum"* – orixá feminina de religiões afro-brasileiras e de matriz africana. A docente, no entanto, rejeitou a manifestação de carinho da aluna e ainda enfatizou que *"essa florzinha vinha do diabo"*.

O caso expressa como o racismo religioso pode se manifestar na educação infantil, quando as professoras ignoram a responsabilidade de educar para celebrar a diversidade e colocam a sua fé pessoal como a única forma de expressão permitida e aceitável. Reproduzindo verdadeiros equívocos e dinâmicas racistas que colaboram com a demonização de culturas que historicamente já sofrem perseguição, bem como negam à criança o seu direito de expressar sua identidade cultural e religiosa no ambiente escolar. A educação, nesse contexto, ao invés de reconhecer a criança como sujeita histórica e de direitos, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2009), serve para alimentar a manutenção do racismo religioso.

A partir de Sueli Carneiro e Luiz Rufino, buscamos compreender como o epistemicídio se conecta com o racismo religioso. Na obra *"Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser"* (Carneiro, 2023), a filósofa nos ensina a enxergar como a escola é um dos espaços onde as primeiras experiências de negação racial são produzidas e impostas à população negra, a partir de práticas excludentes que silenciam saberes afro-brasileiros, "o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista" (Carneiro, 2023, p.83).

Nessa ordem organizada pela exploração capitalista do trabalho, as religiões afro-brasileiras sobreviveram ao adestramento colonial, se tornando símbolos de resistência que estimulam que outros pactos civilizatórios orientem a prática tecida pelas encruzilhadas, "essas dinâmicas de condução do axé se dão por meio de diferentes práticas rituais, e o axé é imantado tanto na materialidade quanto no simbólico, expressando-se como um ato de encante" (Rufino, 2019, p.71). A enfatização de Rufino, nesse sentido, afirma que através da Pedagogia das Encruzilhadas, o encantamento e a responsabilidade com a vida se tornam elementos indispensáveis para combatermos esse cenário de opressões raciais, de gênero e de classe.

Trazendo mais um caso que também inquietou nossa problematização a respeito da relação entre educação e racismo religioso, ocorreu em São Paulo, no dia 11 de novembro de 2025, onde policiais militares entraram armados numa escola de educação infantil. Ao ler a matéria noticiada pelo G1 (2025), percebe-se que a motivação para o ocorrido se justificou no incômodo pessoal de um policial em ver a sua filha produzindo o desenho de *Iãnsa* – um orixá feminino ligado aos ventos e às tempestades.

O desenho surgiu como proposta de atividade escolar, que está dentro dos parâmetros recomendados pela BNCC, bem como respeita a legislação 11.645/2008 que versa acerca da educação antirracista. Portanto, nada justifica a intervenção militar no ambiente de formação escolar, ainda mais na educação infantil. Os agentes não tinham o direito de invadir uma escola e muito menos carregando armas. Isso é nitidamente uma distorção de sua função social enquanto agentes de segurança pública, além de colocar em risco a autonomia da instituição de ensino frente a construção de um projeto de educação diferente e com horizonte antirracista.

Expor a comunidade escolar a um constrangimento desproporcional como esse representa um retrocesso e um grave crime aos direitos humanos, pois segundo o relato das professoras e da gestão, os policiais permaneceram por mais de uma hora, com o intuito de intimidarem as professoras. Percebe-se uma conexão entre esse caso e o caso da criança que foi repreendida por mencionar *Oxum*, pois ambos episódios têm raízes no colonialismo e revelam como o racismo religioso continua vivo e atravessando negativamente a infância, transformando as manifestações das identidades em motivo de punição, medo e/ou repressão.

Mas para além das situações que ganharam visibilidade na mídia nacional, é preciso lembrar sempre que tais episódios não se configuram como acontecimentos isolados, pelo contrário, são expressões diretas da violência de classe, refletindo uma problemática muito mais ampla e que continua sendo ignorada pelo pacto da branquitude (Bento, 2022), que invisibiliza e naturaliza as desigualdades raciais no cotidiano escolar, mostrando como a tradição bancária (Freire, 2025) está vinculada com a reprodução do racismo.

Obviamente que o fato desses casos terem sido divulgados é importante, mas eles também evidenciam apenas a superfície de um fenômeno histórico muito maior que atravessa inúmeras outras instituições e corpos. Os casos que trouxemos para compor a nossa análise mostram também lacunas nos processos formativos das trabalhadoras e trabalhadores envolvidos. Percebe-se uma postura mais agressiva nos policiais que invadiram a escola e uma postura mais "mascarada" nas sujeitas e sujeitos que atuam na educação básica, mas ambas são violentas e geram desumanização.

Pois revelam a incapacidade de nossa sociedade reconhecer as manifestações das religiões afro-brasileiras. Expressões que são legítimas de história, memória coletiva e identidade, mas que ainda enfrentam uma luta para existirem sem perseguição, afinal, o racismo religioso ainda molda práticas/percepções no território escolar, operando muitas vezes de forma *"sutil"*, mas profundamente violenta, que insiste em negar às crianças os seus direitos a expressarem quem são para além dos limites do currículo embranquecido presente na grande maioria das escolas.

Neste sentido, torna-se urgente fortalecer processos formativos de letramento racial que possibilitem às/aos docentes uma compreensão crítica acerca da pluralidade existencial, cultural e religiosa que constitui a sociedade brasileira, reconhecendo as religiões afro-brasileiras como patrimônios históricos, culturais e civilizatórios. Garantir esse reconhecimento no cotidiano da educação infantil não é apenas uma questão de tolerância, mas de justiça social e da efetivação dos direitos das crianças à identidade, ao pertencimento e à construção de uma educação verdadeiramente antirracista e democrática.

Conclusões

Rufino diz que "A encruzilhada é a boca do mundo, é saber praticado nas margens por inúmeros seres que fazem tecnologias e poéticas de espantar a escassez abrindo caminhos" (2019, p. 4). Nesse sentido, a pedagogia que orientou nossa encruzilhada propôs reflexões que visaram romper com a ideia universalizante de que existe um único caminho para o conhecimento. Reafirmando a educação como ato político, em que a partir das diversidades reconhecidas, somos capazes de enxergar as opressões existentes em nossa sociedade e retomarmos o sentido político (Freire, 2025) que o ato de educar exerce na manutenção ou na ruptura das desigualdades que nos oprimem.

Ao conectarmos diferentes vozes, estéticas, ancestralidades, pertencimentos e sonhos, nas análises feitas ao longo do texto, relembramos que viver bem só acontece em coletivo, em diversidade, em abundância. Acontece quando assumimos nossos desvios, nossas dúvidas e entrecruzos de saberes, em nossos processos formativos que começam na infância. A luz do que foi discutido, torna-se evidente, que quando a escola não reconhece as religiões afro-brasileiras como expressões legítimas de identidade, ela não apenas falha em acolher a diversidade, mas reafirma hierarquias históricas e racistas, que definem quais saberes devem ocupar o espaço público e quais devem permanecer à margem da sociedade. Essa negação produz uma série de silenciamentos que atingem diretamente as crianças, sobretudo aquelas que têm suas vivências atravessadas por pertencimentos religiosos de matriz africana.

Nesse sentido, pensar a educação a partir da encruzilhada, como propõe Luiz Rufino (2019), é um ato de coragem que implica assumir o conflito como possibilidade formativa e reconhecer que o cotidiano escolar é território de disputas simbólicas, onde "a luta por outras educações, experiências, linguagens e gramáticas é uma luta pela vida" (Rufino, 2019, p.80).

Palavras-Chave: Educação infantil; Racismo religioso; Educação antirracista.

Referências Bibliográficas

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 91. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PAI que acionou PMs armados por desenhos de matriz africana feitos pela filha em escola também é policial em SP. G1 São Paulo, 19 nov. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/11/19/pai-que-acionou-pms-armados-por-desenhos-de-matriz-africana-feitos-pela-filha-em-escola-tambem-e-policial-em-sp.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2026.

PAIS denunciam professora por intolerância religiosa contra criança de 5 anos em escola do Rio. G1 Rio de Janeiro, 20 nov. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/11/20/denuncia-intolerancia-religiosa-escola.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2026.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores.** 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula, 2019.